

Indivíduos, Voluntariado e o Voluntarismo no Estado do Paraná

Augusto César Marins Machado

Eduardo Angonesi Predebon

Universidade Federal do Paraná - UFPR

RESUMO

Neste estudo, uma pesquisa de levantamento com perspectiva seccional de análise analisa as percepções dos indivíduos em relação ao voluntariado e ao voluntarismo no Estado do Paraná. Indivíduos presentes à VI Mostra de Ação Voluntária (N = 122) responderam a um instrumento de coleta de dados para auto-avaliação em relação a fatores que afetam sua percepção em relação ao voluntariado e ao voluntarismo. Uma análise multivariada de variância foi efetuada para investigar se há diferenças estatísticas significativas entre os gêneros masculino e feminino no que tange a esta percepção. Para tanto foram utilizadas cinco variáveis dependentes: relações significativas e colaboração financeira significativa; dedicação de parcela de seu tempo pessoal; participação ativa em ações sociais integradas com organizações do Terceiro Setor; desenvolvimento de ações de voluntariado individuais; e, desenvolvimento de ações de voluntariado com organizações do Terceiro Setor. A variável independente foi o gênero dos indivíduos pesquisados. Revelou-se uma diferença estatística significativa entre os gêneros na combinação das variáveis dependentes: $F(5, 116) = 134,49$, $p = 0,000$; $Wilks' \lambda = 0,147$; η^2 Parcial = 0,85. Portanto, os resultados revelaram diferenças entre gêneros no que tange à percepções acerca do voluntariado e voluntarismo.

Palavras-Chave: Voluntariado. Voluntarismo. Análise Multivariada de Variância.

INTRODUÇÃO

Em um ambiente marcado pelo adensamento das redes de interdependência nas relações sociais, o estudo do voluntariado e do voluntarismo ganha progressiva centralidade. Mas todos os processos de ampliação, desenvolvimento e progresso das ações de voluntariado e de voluntarismo também têm características próprias, sempre estando associados ao tempo, aos fatos e à região nos quais ocorrem. A sua interpretação analítica e as associadas implicações estratégicas demandam, portanto, o entendimento correto de situações concretas.

O presente artigo destaca que o processo de preeminência da vontade humana no plano da voluntariedade deve ser uma sucessão de estados ou de mudanças sociais inclusivas, portanto demandando instituições – projetos, regras, organizações, acordos explícitos e tácitos – contemporâneas e adequadas à atual complexidade da prática humana.

Para tanto, o percurso teórico empreendido vem explorar os aspectos complexos que caracterizam a própria concepção de voluntarismo e de voluntariado, avaliando a problemática de sua identidade perante outras formas e agentes, como elemento determinante para o entendimento da realidade social.

Nesse sentido, o trabalho aborda as relações entre voluntariedade, ações sociais, identidade e estruturas analíticas, entre outras, refletindo sobre os limites em que essas unidades de análise se inscrevem. Têm-se como objetivo, avaliar em que medida elas são responsáveis pela definição de voluntariado e de voluntarismo e seus desdobramentos, para o estudo em questão e de que modo suas fronteiras são concebidas em seu discurso e na dinâmica social.

Assim, essas análises permitem observar como os direitos humanos e as liberdades fundamentais estão sempre estreitamente relacionadas a projetos humanos. Produzidas historicamente pelos homens, para os homens, elas têm o seu espaço na história humana, o que nos leva a indagar a respeito das condições econômicas, políticas e culturais em que foram produzidas, levando ao questionamento dos fundamentos da complexidade dos desafios contemporâneos sociais, dentro de uma lógica de busca incessante de seu reconhecimento e de sua observância.

O artigo se propõe, principalmente, a examinar o surgimento e o perecimento das relações de voluntariado e de voluntarismo através do tempo, conforme as determinações econômicas, políticas e sociais existentes em contextos organizacionais, particularmente, no que tange as relações entre os recursos humanos sob suas mais diversas formas; e, ao desvendar os seus fundamentos e a sua gênese, ele abre o caminho para a compreensão crítica dos processos de voluntariado e de voluntarismo.

Com isto, se pretende estudar o voluntariado e o voluntarismo como fundamento, dentro da estrutura social, por intermédio da apreciação da percepção individual por gênero, em perspectiva seccional de análise por intermédio de uma pesquisa de levantamento. Tal análise será desenvolvida em perspectiva estritamente analítica, no nível de desenvolvimento e aprimoramento do conhecimento, isto é, do estudo da causação e seus desdobramentos estratégicos e organizacionais.

Este artigo está organizado em seis seções, além desta introdução, que exploram passo a passo a gênese, a consolidação e as conseqüências dos processos de voluntariado e de voluntarismo no Estado do Paraná. Na primeira seção é apresentado o quadro teórico de referência que procura situar o contexto intelectual onde se empreendeu o estudo. Na segunda seção, aborda-se a metodologia que orientou a condução do estudo sob análise. Na terceira seção, discute-se e pondera-se sobre o processo de voluntariado e de voluntarismo nos indivíduos analisados. Na quarta e última seção, a guisa de conclusão, debatem-se algumas reflexões e se traçam algumas novas direções e possibilidades para o estudo de voluntariado e de voluntarismo, discutindo-se as conclusões a que o estudo permitiu chegar.

QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

Buscando a melhor compreensão e a solução para o tema de pesquisa estabelecido no presente artigo, nesta seção identificaram-se temáticas básicas que permeiam as discussões relativas ao terceiro setor, ao voluntariado e ao voluntarismo. Nesse sentido, relata-se, nesta base teórico-empírica, a argumentação teórica de apoio às proposições aventadas nas seções seguintes.

TERCEIRO SETOR

Várias denominações têm sido dadas – e usadas indiscriminadamente – para certo grupo de organizações que surgem no seio da sociedade civil: organizações sem fins lucrativos; voluntárias; não-governamentais; público não-estatal; economia social; setor de caridade; setor filantrópico; Terceiro Setor – termo mais usado no Brasil (ALVES, 2002; COELHO, 2000; MORRIS, 2000; BRESSER-PEREIRA, GRAU, 1999; FALCONER, 1999; SALAMON, 1997).

Bresser Pereira e Grau (1999) utilizam a expressão “público não-estatal” para se referir a organizações ou formas de controle “públicas” porque estão voltadas ao interesse geral; são “não-estatais” porque não fazem parte do aparato do Estado, seja porque não utilizam servidores públicos ou porque não coincidem com os agentes políticos tradicionais. Já Alves (2002) aponta que o “Terceiro Setor” é um termo guarda-chuva em que se incluem vários tipos de organizações e no qual, ao mesmo tempo, incluem-se também diferentes

marcos teóricos.

Essas denominações variam conforme o propósito ou interesse de quem a utiliza. Coelho (2000), afirma que ao se procurar certa precisão terminológica, observa-se que essas denominações, apesar de serem frequentemente utilizadas para um mesmo objeto, podem significar coisas diferentes. No entanto, não é a intenção deste estudo aprofundar a discussão teórica acerca da precisão terminológica, mas sim expor os principais termos que são apresentados na literatura.

Diante das diversas formas de conceituação ou concepção para estas organizações de agentes privados com finalidade pública que se configuram no Terceiro Setor, este estudo se identifica com o que foi apresentado pelos autores desta literatura, utilizando os critérios propostos pelo IBGE (2004) de enquadramento para as organizações de Terceiro Setor. Segundo esta instituição, para se definir, caracterizar ou enquadrar uma organização sem fins lucrativos, que por sua vez seja de Terceiro Setor, esta deve se enquadrar em cinco critérios ou requisitos: a) privadas, não integrantes, portanto do aparelho de Estado; b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podem até gerá-los desde que aplicados nas atividades fins; c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; d) auto-administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores, além de também terem os voluntários como parte integrante e preponderante ao desenvolvimento de suas atividades.

O presente trabalho busca apresentar e discutir de forma mais acurada, porém não com o intuito de esgotar o tema, o quinto critério proposto pelo IBGE (2004). Em consonância com a possibilidade de investigações a partir desse quinto critério, Salamon (2001) identifica que os estudos sobre o Terceiro Setor carecem de informações precisas e específicas, como pode-se notar em investigações sobre o impacto do terceiro setor no voluntariado, que possuem pouca sustentação nos dados.

As organizações do Terceiro Setor estão imersas num emaranhado de particularidades, paradoxos ou dualismos. Dentre os diversos paradoxos ou dualismos que norteiam este tipo de organizações, encontram-se: o determinismo que estabelece procedimentos rígidos e, de certa forma, controladores à gestão dessas organizações, por outro lado, o voluntarismo, que possibilita o desenvolvimento e a elaboração de ações estabelecidas de maneira flexível.

Seguindo a lógica do dualismo entre o determinismo e o voluntarismo, Bussell e Forbes (2007) demonstram, por meio de um estudo de caso, como é realizado o recrutamento, o gerenciamento e a manutenção de estratégias adotadas por um teatro provinciano no Reino Unido. Os resultados deste estudo indicaram que o sucesso da organização em gerenciar seus voluntários condiciona-se à relação estabelecida e desenvolvida entre os voluntários e a organização, identificados fundamentalmente por meio de uma rede informal e confiável responsáveis pelo recrutamento, que por sua vez, possuem ligação com um estilo de gerenciamento, de liderança transformacional.

Este dualismo entre voluntarismo e determinismo em organizações do Terceiro Setor torna-se constantemente campo de interesse, investigação e debate em diversas áreas e segmentos, como no marketing (CALLOW, 2004; GLASRUUD, 2007) ou na psicologia social (RONEL, 2006). Nesse sentido, Bussell e Forbes (2002) consideram que os voluntários são o grupo de maior relevância no rol de atores que agem sobre uma organização do Terceiro Setor. Essas autoras apresentam um amplo estudo que delineiam um panorama abrangente, apresentando algumas definições, contexto, características e motivações do voluntariado. Tais

aspectos perpassam por uma abordagem multidisciplinar, seguindo a mesma lógica de outros estudos na área.

ASPECTOS CONCEITUAIS E FORMAS DE ATUAÇÃO DO VOLUNTARIADO BRASILEIRO

O voluntariado pode ser considerado como uma atividade que é direcionada em benefício de qualquer pessoa, grupo ou causa, sem compensação monetária ou material e vai além de qualquer responsabilidade normal de um indivíduo (CALLOW, 2004). Outra contribuição conceitual ao voluntariado pode ser verificada na lei brasileira (nº 9.608/98) que regulamentou o serviço voluntário no país, que a define como a atividade não remunerada, prestada por pessoa física, a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Seguindo inicialmente na cadência dos aspectos conceituais, Teodósio (2002) considera que alguns conceitos e abordagens são entendidos como naturalmente associados a prática do voluntariado. Talvez o mais importante desses conceitos seja o de cidadania. Em determinados abordagens, voluntariado e cidadania acabam sendo percebidos como sinônimos. O fato de esses aspectos conceituais serem considerados sinônimos torna-se um dos alvos de maior crítica de alguns autores que são contrários ao Terceiro Setor, considerando sua literatura sem rigor teórico e metodológico.

Enquadram-se na categoria trabalho voluntário as mais variadas possibilidades de ação, entre as quais o atendimento direto aos clientes fim, a elaboração de trabalhos especializados, treinamentos, divulgação de ações, a busca de recursos para a implementação de projetos, o desenvolvimento de trabalhos auto-sustentáveis, o fortalecimento e a maximização de estruturas e recursos administrativos e organizacionais, assim como a participação em campanhas pontuais que visem o atendimento de situações específicas, como por exemplo catástrofes ambientais (GARAY, 2001).

Outro aspecto a ser observado refere-se aos condicionantes que caracterizam o voluntariado. Corrullón (2002) menciona que esta atividade move-se por meio de três sentimentos que parecem se colocar acima, até mesmo, dos condicionamentos históricos: a compaixão, a solidariedade e a indignação. A compaixão está profundamente ligado à religiosidade brasileira. Suas raízes podem ser encontradas nas Santas Casas, conforme será mencionado em sessão a posteriori.

O voluntariado movido pela solidariedade pode ser identificado por meio de iniciativas que levam a um grupo de pessoas a se unir para se auto ajudar. Este tipo de voluntariado forma entre os brasileiros uma imensa rede que ainda não foi suficientemente estudada. Envolve o apoio mútuo nas diversas comunidades de origem (nordestinos em São Paulo, gaúchos no Centro-Oeste, descendentes de imigrantes orientais, judeus etc.), as relações de vizinhança.

Por sua vez, a terceira mola propulsora, conforme Corrullón (2002), a indignação, comumente considera-se ligado a movimentos sociais de natureza política. A partir dessa concepção, incorporada principalmente por militantes políticos, acreditava-se que era possível resolver todas as situações críticas que assolavam o país.

Outros autores como Mascarenhas (2002) e Freitas e Ventura (2004) percorrem seus estudos pela linha dos aspectos que condicionam o voluntariado. Mascarenhas (2002) discute em seu estudo as motivações que influenciam funcionários à atuação social voluntária. Ele identifica dois grupos de fatores motivacionais que direcionam o comportamento dos

funcionários: motivos altruístas e ideológicos parecem influenciá-los em primeiro lugar, porém, ao mesmo tempo, fatores egoístas são também apontados e discutidos.

Já Freitas e Ventura (2004) analisam como se dá o processo de formação de um programa de voluntariado, partindo do pressuposto de que o que motiva tal atividade é a busca de legitimidade social. As conclusões mostraram que tal prática ainda é incipiente, encontrando-se em processo de institucionalização na organização estudada. Corroborando com tais conclusões, Hankinson (2005) menciona a necessidade de o voluntariado ser legitimado por meio do desenvolvimento de imagens positivas e relevantes nas quais pessoas jovens desejem se associarem.

VOLUNTARIADO: DE ONDE VEM E POR ONDE ANDAS...

As ações de voluntariado, por meio de um contexto de discussões e fatores favoráveis como o maior envolvimento e engajamento de determinados agentes sociais, tornam-se cada vez mais, objeto de diversos estudos e pesquisas. Tais agentes podem ser representados por atores governamentais, com atuações particularmente voltadas ao campo normativo (elaboração de leis ou controle legal); atores empresariais, identificados fortemente pela doação de recursos ou de algumas horas de trabalho; e, por sua vez, organizações sem fins econômicos, imersas neste campo.

Não obstante há fatores adversos (sistema capitalista de produção, estrutura hierárquica rígida em organizações estatais ou privadas) e ao modismo imerso em diversos programas de responsabilidade social empresarial, o voluntariado tem raízes muito antigas e profundas no Brasil (CORRULLÓN 2002). Alguns autores como Fischer e Falconer (2001); Freitas e Ventura (2004) e Goldberg (2001), ratificam que tal atividade não é uma novidade no Brasil. Goldberg (2001) presume que o voluntariado no Brasil demonstra sinais latentes que remetem à época colonial, por meio das Santas Casas, instituições que a Igreja Católica implantaram no Brasil a partir do século XVI, conforme modelo trazido de Portugal.

Saltando abruptamente de período, verifica-se que um padrão atualizado e renovado, decorrente do processo histórico, assim como pelo incentivo de organizações e agentes representativos que começavam a despontar no cenário nacional, o voluntariado no Brasil adquire forte vigor a partir dos anos 90 (FISCHER; FALCONER, 2001; CORRULLÓN, 2002; PINHEIRO, 2002; FREITAS; VENTURA, 2004; BARBOSA, 2007). Pode-se constatar a renovação de padrão acerca do voluntariado, conforme Pinheiro (2002) menciona que no decorrer dos anos 90, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o Instituto Ethos, a Kanitz Associados, dentre outros agentes representativos, procuraram representar e organizar o empresariado em torno de práticas de ação social em nível nacional.

Em 1997, depois de interlocuções políticas com organizações da sociedade civil, o Conselho da Comunidade Solidária propôs medidas concretas de estímulo ao trabalho voluntário no Brasil instituindo o Programa Voluntário, que disseminou “Centros de Voluntariado” no país, e a proposta do reconhecimento jurídico do trabalho voluntário, alcançada com a edição da Lei nº 9.608, de 1998, conhecida como a Lei do Voluntariado (GARAY, 2001; BARBOSA, 2007). Conforme esses autores, a constituição dessa lei trouxe reconhecimento jurídico ao serviço voluntário, agindo de forma singela, porém prevenindo situações em que alguém venha a requerer eventuais direitos trabalhistas.

No cenário brasileiro do presente momento, as ações engendradas de voluntariado, seja por meio de programas desenvolvidos em centros de voluntariado ou em ações sociais empresarias, ou até mesmo pela sociedade civil organizada, não revelam uma mudança significativa nos padrões assistencialistas e clientelistas da oferta de políticas públicas. De acordo com Teodósio (2002), o clientelismo e o particularismo podem subsistir dentro da

ação voluntária, como demonstram várias experiências de mobilização de voluntários que se interessaram antes por resolver os problemas de seu grupo social direto do que os problemas globais da sociedade brasileira.

Portanto, verifica-se que o trabalho voluntário apresenta-se em diversas faces e em variados condicionantes, tanto pessoais quanto institucionais, sustentados por práticas estruturadas ou informais, assumindo muitas vezes sentidos ambíguos, contraditórios e geradores de tensões (BUSSELL; FORBES, 2001; GARAY, 2001, 2004; TEODÓSIO, 2002; VIDAL, 2004, PINTO, 2006).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresenta-se nesta seção a metodologia de pesquisa empregada neste artigo, provendo as especificações de pesquisa e descrevendo os dados utilizados na condução da pesquisa. Os resultados empíricos são apresentados na próxima seção do artigo.

Para a presente pesquisa, a amostra foi composta por 122 indivíduos que concordaram em participar voluntariamente do estudo e que responderam a um questionário. A coleta de dados ocorreu durante a VI Mostra de Ação Voluntária – um evento anual promovido pelo Centro de Ação Voluntária – CAV, que reúne todos os setores da Sociedade em uma grande exposição e troca e experiências na área de integração social – entre 04 de julho e 07 de julho de 2007, no município de Curitiba, no Estado do Paraná.

Os respondentes foram orientados quanto à importância do estudo e informados que suas informações seriam estritamente confidenciais e analisadas apenas em âmbito acadêmico. Na amostra coletada, a idade média era 31,2 anos, dos quais 54,9% eram do sexo feminino, 78,7% eram casados, 73,0% trabalhavam dos quais 41,0% em cargos operacionais.

A presente pesquisa adotou uma perspectiva seccional de análise onde o nível de análise foi individual, e a unidade de análise foi os indivíduos participantes deste estudo. O instrumento de coleta de dados respondido pelos participantes para auto-avaliação foi composto por questões fechadas e abertas, divididas em onze partes: a) dados demográficos; b) avaliação da percepção dos respondentes em relação ao voluntariado e ao voluntarismo, utilizando-se uma escala de concordância de 1 a 7 pontos, na qual 1 = “nunca” e 7 = “sempre”.

Para a compreensão da percepção individual dos indivíduos pesquisados em relação ao voluntariado e ao voluntarismo por meio de seu gênero, foram verificadas junto aos indivíduos pesquisados as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: *Não há diferença significativa entre a percepção de indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino no que tange ao desenvolvimento de relações significativas e colaboração financeira para com organizações do Terceiro Setor.*

Hipótese 2: *Não há diferença significativa entre a percepção de indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino no que tange à dedicação de parcela de seu tempo pessoal para com organizações do Terceiro Setor.*

Hipótese 3: *Não há diferença significativa entre a percepção de indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino no que tange à participação ativa em ações sociais integradas com organizações do Terceiro Setor.*

Hipótese 4: *Não há diferença significativa entre a percepção de indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino no que tange ao desenvolvimento ações de voluntariado individuais.*

Hipótese 5: Não há diferença significativa entre a percepção de indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino no que tange ao desenvolvimento de ações de voluntariado com organizações do Terceiro Setor.

Para a verificação das hipóteses aventadas optou-se por comparar percepção individual dos indivíduos pesquisados em relação ao voluntariado e ao voluntarismo por meio de seu gênero por intermédio da análise multivariada de variância (MANOVA) para avaliar as diferenças entre as médias dos grupos pesquisados e verificar as diferentes percepções das ações de voluntariado e voluntarismo entre os participantes. Preliminarmente, algumas suposições foram testadas para comprovar a normalidade, a homogeneidade de matrizes de variância e covariância, a independência, a linearidade ou multicolinearidade das variáveis dependentes e as observações atípicas (COHEN, 1988; STEVENS, 1996; TABACHNICK; FIDELL, 2001; HAIR *et al.*, 2005). A análise multivariada de variância (MANOVA) apresentou um Teste F significativo ($F = 134,49$, $p = 0,000$; $Wilks' \lambda = 0,147$; $\eta^2 Parcial = 0,85$) indicando que indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino diferem quanto à percepção combinada das variáveis incluídas neste estudo.

Ao se considerar os resultados das variáveis dependentes separadamente, as diferenças que alcançaram significância estatística foram: relações significativas e colaboração financeira significativa ($F = 392,91$, $p = 0,000$; $\eta^2 Parcial = 0,76$); dedicação de parcela de seu tempo pessoal ($F = 359,37$, $p = 0,000$; $\eta^2 Parcial = 0,75$); participação ativa em ações sociais integradas com organizações do Terceiro Setor ($F = 310,48$, $p = 0,000$; $\eta^2 Parcial = 0,72$); desenvolvimento de ações de voluntariado individuais ($F = 337,77$, $p = 0,000$; $\eta^2 Parcial = 0,73$); e, desenvolvimento de ações de voluntariado com organizações do Terceiro Setor ($F = 269,70$, $p = 0,000$; $\eta^2 Parcial = 0,69$).

Consistentemente, a análise de variância (ANOVA) revelou diferenças estatísticas significativas entre os gêneros masculino e feminino nas variáveis sob análise. Estes resultados, sintetizados na Tabela I, apontam que as diferenças entre os gêneros masculino e feminino foram estatisticamente significativas em todos os componentes avaliados em relação à percepção acerca do voluntariado e do voluntarismo.

Tabela I. ANOVA: Diferenças entre Gêneros

Variáveis	Médias		Teste F	Significância
	Masculino	Feminino		
Relações Significativas e Colaboração Financeira Significativa	3,52	4,13	392,91	0,000 ^a
Dedicação de Parcela de seu Tempo Pessoal	3,65	4,05	359,37	0,000 ^a
Participação Ativa em Ações Sociais Integradas com Organizações do Terceiro Setor	3,32	4,23	310,48	0,000 ^a
Desenvolvimento de Ações de Voluntariado Individuais	3,45	3,52	337,77	0,000 ^a
Desenvolvimento de Ações de Voluntariado com Organizações do Terceiro Setor	3,47	3,62	269,70	0,000 ^a

Fonte: a presente pesquisa, 2007. Nota: ^a indica significância ao nível 0,05.

Ao se comparar os resultados obtidos, percebe-se que os indivíduos do gênero feminino exibem uma percepção mais vigorosa em relação aos componentes: relações significativas e colaboração financeira significativa ($F = 392,91$, $p = 0,000$); dedicação de parcela de seu tempo pessoal ($F = 359,37$, $p = 0,000$); participação ativa em ações sociais

integradas com organizações do Terceiro Setor ($F = 310,48, p = 0,000$); desenvolvimento de ações de voluntariado individuais ($F = 337,77, p = 0,000$); e, desenvolvimento de ações de voluntariado com organizações do Terceiro Setor ($F = 269,70, p = 0,000$). Por outro lado, os indivíduos do gênero masculino analisados apresentam uma percepção menos intensa em relação aos mesmos componentes.

As diferenças de percepção entre os indivíduos do gênero masculino e os indivíduos do gênero feminino podem ser observadas por intermédio da Tabela II, que resume os resultados encontrados nas análises efetuadas neste estudo.

Tabela II. Percepção Masculina versus Percepção Feminina

Percepção	Masculino	Feminino
Relações Significativas e Colaboração Financeira Significativa	Menor	Maior
Dedicação de Parcela de seu Tempo Pessoal	Menor	Maior
Participação Ativa em Ações Sociais Integradas com Organizações do Terceiro Setor	Menor	Maior
Desenvolvimento de Ações de Voluntariado Individuais	Menor	Maior
Desenvolvimento de Ações de Voluntariado com Organizações do Terceiro Setor	Menor	Maior

Fonte: a presente pesquisa, 2007.

O exame da significância e magnitude dos parâmetros estimados permitiu a verificação das hipóteses estabelecidas no preâmbulo desta seção. A Tabela III relaciona as hipóteses em questão, bem como indica se a hipótese foi ou não suportada pela pesquisa empreendida.

Tabela III. Hipóteses

Hipóteses	
H₁: Não há diferença significativa entre a percepção de indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino no que tange ao desenvolvimento de relações significativas e colaboração financeira para com organizações do Terceiro Setor.	Não Suportada
H₂: Não há diferença significativa entre a percepção de indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino no que tange à dedicação de parcela de seu tempo pessoal para com organizações do Terceiro Setor.	Não Suportada
H₃: Não há diferença significativa entre a percepção de indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino no que tange à participação ativa em ações sociais integradas com organizações do Terceiro Setor.	Não Suportada
H₄: Não há diferença significativa entre a percepção de indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino no que tange ao desenvolvimento ações de voluntariado individuais.	Não Suportada
H₅: Não há diferença significativa entre a percepção de indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino no que tange ao desenvolvimento de ações de voluntariado com organizações do Terceiro Setor.	Não Suportada

Fonte: a presente pesquisa, 2007.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, os principais resultados do estudo serão reunidos e simultaneamente discutidos. A escolha pela discussão paralela à apresentação dos resultados se deu em função da densidade dos dados e pelo favorecimento de tal opção à fluidez do texto.

De maneira geral, os resultados permitem perceber a influência da perspectiva do gênero sobre a realidade, possibilitando que as diferenças entre os indivíduos do sexo masculino e os indivíduos do sexo feminino não sejam mais observadas meramente em seu aspecto biológico, porém, passem a ser percebidas como diferenças sociais, históricas e culturais estruturadas em processos contínuos de construção e reconstrução das relações vigentes em Sociedade.

Os resultados obtidos por intermédio da pesquisa de levantamento efetuada foram consistentes com a literatura existente, pois a relação entre as percepções dos indivíduos do sexo masculino e os indivíduos do sexo feminino foi negativa, sugerindo que a percepção dos indivíduos é influenciada pelo gênero ao qual pertence, especialmente, em termos de compreensão das ações individuais perante o Terceiro Setor e a Sociedade Civil.

O estudo efetuado permite uma série de ilações. Primeiro, deve-se atentar que a diferença existente entre indivíduos do sexo masculino e os indivíduos do sexo feminino quanto à percepção acerca do voluntariado e do voluntarismo indica que as variáveis dependentes adotadas neste estudo a explicam adequadamente, e que seu poder explanatório é consideravelmente elevado, como indica sua significância estatística. Esta última observação é relevante, pois da percepção acerca do voluntariado e do voluntarismo decorrem suas ações, e, é a partir desta que o processo de tomada de decisão quanto a adotar uma ação ou omissão é formulado.

Segundo, os indivíduos do sexo masculino e os indivíduos do sexo feminino divergem ligeiramente quanto à importância atribuída a cada um dos componentes deste estudo, como resultado os dirigentes organizacionais das organizações do Terceiro Setor e da Sociedade Civil devem atentar para estes indicativos ao formularem, planejarem e programarem ações que requeiram a sua colaboração.

Terceiro, os resultados obtidos neste estudo indicam que a percepção dos indivíduos do sexo masculino e dos indivíduos do sexo feminino acerca do voluntariado e do voluntarismo são vaticinantes significativos das ações individuais e, como tal, refletem diferenças importantes em termos de conhecimento, de informação e de consciência sobre o tema. Assim, conhecimento, informação e consciência inserem-se, explicitamente ou implicitamente, nas decisões dos indivíduos acerca de ações de voluntariado e voluntarismo.

Quarto, os resultados revelaram uma percepção positiva por parte dos indivíduos do sexo masculino e dos indivíduos do sexo feminino acerca do voluntariado e do voluntarismo. Isso reflete uma visão positiva da atuação das organizações do Terceiro Setor e da Sociedade Civil, um efeito que, particularmente, permite esperar um maior envolvimento e comprometimento futuro.

Por último, as diferenças de percepção entre os indivíduos do sexo masculino e os indivíduos do sexo feminino podem ser reflexos dos valores presentes na Sociedade, em especial na Sociedade paranaense, na qual papéis sexuais tipicamente femininos, entre os quais a inserção em ações de voluntariado, são mais encorajados, o que poderia contribuir para que os indivíduos do sexo feminino percebessem mais positivamente o voluntariado e o voluntarismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas provocaram a obsolescência de certas concepções acerca do papel das organizações do Terceiro Setor e da Sociedade Civil, porém, seus traços distintivos ainda não se revelam claramente.

No caso específico do Brasil, logra-se essa meta por intermédio do aproveitamento eficaz dos recursos e meios disponíveis, observando-se as regras institucionalizadas e pela adoção de políticas coordenadas com outras organizações, entidades e instituições, visando ao melhor aproveitamento dos setores econômicos e sociais existentes, tendo em vista um desenvolvimento societário que traga maior justiça social, onde este seja um instrumento legítimo para consolidar a nossa democracia.

O presente estudo procurou destacar que o processo de preeminência da vontade humana no plano da voluntariedade deve ser uma sucessão de estados ou de mudanças sociais inclusivas, portanto demandando instituições contemporâneas e adequadas à atual complexidade da prática humana para que esta produza resultados equilibrados, pragmáticos e orientados para o futuro. Este artigo propõe-se a facilitar a compreensão do assunto, oferecendo um quadro organizado de definições e possíveis aplicações para o conceito de voluntariado e voluntarismo.

Para tanto, o percurso teórico empreendido explorou os aspectos complexos que caracterizam a própria concepção de voluntarismo e de voluntariado, avaliando a problemática de sua identidade perante outras formas e agentes, como elemento determinante para o entendimento da realidade social por intermédio de uma pesquisa de levantamento com perspectiva de análise seccional por meio da condução de uma análise multivariada de variância (MANOVA).

Nesse sentido, o trabalho abordou as relações entre voluntariedade, ações sociais, identidade e estruturas analíticas, entre outras, refletindo sobre os limites em que essas unidades de análise se inscreveram. Dessa forma, o objetivo fulcral deste estudo foi avaliar até que ponto elas são responsáveis pela definição de voluntariado e de voluntarismo e seus desdobramentos, e de que modo suas fronteiras são concebidas em seu discurso e na dinâmica social.

Acredita-se que o tema aqui apresentado mereça maior reflexão e inquirição. Não obstante, procurou-se abordar alguns aspectos que, certamente, requererão atenção futura por parte dos pesquisadores. Enfim, o esforço realizado para apresentar alguns elementos importantes da relação entre a percepção e o gênero acerca do voluntariado e do voluntarismo será mais uma contribuição na direção de discussões mais profundas acerca do assunto.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. Terceiro Setor: as origens do conceito. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26, 2002, Salvador. Anais...Salvador: ANPAD, 2002.1 CD-ROM.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins. Voluntariado empresarial: aspectos jurídicos. In: OLIVEIRA, Gustavo Justino (coord.). Terceiro Setor, Empresas e Estado: novas fronteiras entre o público e o privado. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; GRAU, N.C. Entre o Estado e o Mercado: O Público Não-Estatal. In Bresser-Pereira, L.C. e Nuria Cunill Grau, orgs., O Público Não-Estatal na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48.

BUSSELL, Helen; FORBES, Deborah. Volunteer Management in Arts Organizations: A Case Study and Managerial Implications. *International Journal of Arts Management*; Winter 2007; 9, 2.

BUSSELL, Helen; FORBES, Deborah. Understanding the volunteer market: The what, where, who and why of volunteerin. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*; Aug 2002; 7, 3; ABI/INFORM Global

CALLOW, Michael. Identifying promotional appeals for targeting potential volunteers: an exploratory study on volunteering motives among retirees. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*; 2004.

COELHO, S. C. T. Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

COHEN, J. *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences*. Hillsdale: Erlbaum, 1988.
CORULLÓN, Mónica Beatriz Galiano; MEDEIROS FILHO, Barnabé. *Voluntariado na empresa: gestão eficiente da participação cidadã*. São Paulo: Perópolis, 2002.

FALCONER, A. A promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Tese de Doutorado apresentada a Universidade de São Paulo. 1999.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andres Pablo. Voluntariado empresarial: estratégias de empresas no Brasil. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 15-27, jul./set. 2001.

FREITAS, Falber Reis; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. *Voluntariado Empresarial: uma Questão de Legitimidade?* Enanpad 2004.

GARAY, Ângela Beatriz Busato Scheffer. Programa de voluntariado empresarial: modismo ou elemento estratégico para as organizações? *Revista de Administração*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 6-14, jul./set. 2001.

GARAY, Ângela Beatriz Scheffer. Quais seriam as motivações para funcionários se engajarem em programas de voluntariado empresarial e que tipo de relação de troca se realiza nesta ação voluntária? Enanpad 2004.

GLASRUUD, Bruce. Volunteerism Vectors. *Nonprofit World*. May/Jun 2007; 25, 3.

GOLDBERG, Ruth. *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2001.

HAIR, J.F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. *Análise Multivariada de Dados*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HANKINSON, Philippa; ROCHESTER, Colin. The face and voice of volunteering: a suitable case for branding? *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*; May 2005; 10, 2; ABI/INFORM Global.

IBGE. As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

MASCARENHAS, André Ofenhejm; ZAMBALDI, Felipe. Motivação em Programas de Voluntariado Empresarial: Um Estudo de Caso. Enanpad 2002.

MORRIS, S. Defining the non-profit sector: Some lessons from history. Civil Society Working Paper 3. Center for civil society, London School of Economics, 2000.

PINHEIRO, Leandro R. Filantropia empresarial e trabalho voluntário: interação e conflito na gestão de voluntariado. Revista O&S, v.9,n.23, jan/abr, 2002.

PINTO, João Batista Moreira; GUEDES, Marcela Ataíde; BARROS, Vanessa Andrade de. Trabalho voluntário, solidariedade e política: um estudo com os agentes da Pastoral Carcerária de Belo Horizonte. In: PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CÔRREA, Maria Laetitia (orgs.). Terceiro setor: dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

RONEL, Natti. When good overcomes bad: The impact of volunteers on those they help. Human Relations; Aug 2006.

SALAMON, L. M. Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn (et.al.). 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SALAMON, Lester. The Third Sector and Volunteering in Global Perspective. Presentation at The 17th Annual International Association of Volunteer Effort Conference Amsterdam, The Netherlands January 15, 2001

STEVENS, J. Applied Multivariate Statistics for the Social Science. Mahway: Erlbaum, 1996. TABACHNICK, B.G.; FIDELL, L.S. Using Multivariate Statistics. New York: HarperCollins, 2001.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Voluntariado: entre a utopia e a realidade da mudança social. Enanpad 2002.

TOMBI, Wagner Cordenonsi; SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. Responsabilidade Social, voluntariado e comunidade: estratégias convergentes para um ambiente de co-produção do bem público. Revista O&S, v.13, n.37, Abr/jun, 2006.

VIDAL, Francisco Antônio Barbosa; Et. al. Gestão Participativa e Voluntariado: Sinais de uma Racionalidade Substantiva na Administração de Organizações do Terceiro Setor. Enanpad 2004.